

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Art **DANILO FERNANDES FERREIRA**

**As consequências da adoção de políticas ESG
(*Environment, Sustainable and Governance*) para a
segurança energética da União Europeia.**



Rio de Janeiro
2023

Maj Art **DANILO** FERNANDES FERREIRA

**As consequências da adoção de políticas ESG
(*Environment, Sustainable and Governance*) para a
segurança energética da União Europeia.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Comando e
Estado-Maior do Exército, como requisito
do Programa de Pós-graduação *latu
sensu* em Ciências Militares, com ênfase
em Defesa Nacional.

Orientador: Maj Art Renato Rocha **Drubsky** de Campos

Rio de Janeiro
2023

F383c Ferreira, Danilo Fernandes

As consequências da adoção de políticas ESG (Environment, Sustainable and Governance) para a segurança energética da União Europeia. / Danilo Fernandes Ferreira. - 2023.

55f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Renato Rocha Drubsky de Campos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)— Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2023.

Bibliografia: f. 53-55

1. Segurança energética. 2. União Europeia. 3. ESG. I Título.

CDD 355

Maj Art **DANILO FERNANDES FERREIRA**

**As consequências da adoção de políticas ESG
(*Environment, Sustainable and Governance*) para a
segurança energética da União Europeia.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito do Programa de Pós-graduação *latu sensu* em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em ___ de outubro de 2023.

COMISSÃO AVALIADORA

Renato Rocha **Drubsky** de Campos – Maj Art – Presidente

Thiago **Cunha** Gomes – Tem Cel Inf – Membro

Saul Isaias da Rosa – Maj Inf – Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por me guiar e me dar força ao longo desta jornada acadêmica. Sua graça e orientação foram fundamentais para alcançar este marco em minha vida.

Ao meu estimado orientador, Renato Rocha Drubsky de Campos, quero expressar minha sincera apreciação por sua orientação dedicada, paciência e sabedoria ao longo deste trabalho. Suas orientações valiosas e apoio constante foram essenciais para o sucesso deste projeto.

Aos meus pais, Eduardo e Adelaide, agradeço por seu amor incondicional, apoio e encorajamento ao longo de toda a minha trajetória acadêmica. Vocês sempre foram uma fonte de inspiração para mim.

Agradeço, acima de tudo, à minha amada esposa, Nerissa, e aos meus filhos, Felipe e Eduardo, por estarem ao meu lado, mesmo à distância, durante todo esse processo. Sua compreensão, paciência e apoio foram fundamentais para superar as dificuldades do dia a dia sem a minha presença. Vocês são meu alicerce e minha motivação constante.

A todos os amigos, familiares e professores que de alguma forma contribuíram para este trabalho, meu sincero obrigado. Este é um momento de grande alegria e gratidão, e compartilho essa conquista com todos vocês.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é investigar as consequências da adoção das práticas ESG (*Environment, Social and Governance*) para a segurança energética da União Europeia. Tais práticas vem sendo introduzidas no mercado mundial como uma forma de desenvolver responsabilidades sócio-ambientais em empresas e governos e trouxeram um novo enfoque para o capitalismo, sendo traduzido como um capitalismo com responsabilidades sociais e ambientais. Durante processo de adequação à essa nova cultura ESG, as empresas e governos da União Europeia passaram a rever seus investimentos na produção de energia baseada em combustíveis fósseis, direcionando os esforços no sentido de uma transição energética para energias mais limpas e renováveis. Com a crise mundial resultante da pandemia causada pelo vírus da COVID-19, houve uma diminuição da atividade econômica no ano de 2020, seguida de uma brusca retomada em 2021. Tal retomada acelerou a demanda por energia, o que não foi acompanhada pelo lado da oferta, causando uma grande elevação nos preços e uma escassez energética, com grandes riscos de desabastecimento para o inverno europeu de 2021. Nesse cenário, a presente pesquisa visa a estudar se as dificuldades do setor energético em suprir a demanda do mercado europeu se deve ao fato de as empresas do setor energético terem diminuído seus investimentos na produção de energia oriunda de fontes fósseis, em sua busca pela adoção das práticas ESG.

Palavras-chave: segurança energética, União Europeia, ESG.

ABSTRACT

The objective of this research is to investigate the consequences of the adoption of ESG (Environment, Social, and Governance) practices for the energy security of the European Union. These practices have been introduced in the global market as a way to promote socio-environmental responsibilities in companies and governments, bringing a new focus to capitalism, translated as a capitalism with social and environmental responsibilities. During the process of adapting to this new ESG culture, European Union companies and governments started to review their investments in fossil fuel-based energy production, redirecting their efforts toward an energy transition to cleaner and renewable sources. With the global crisis resulting from the COVID-19 pandemic, there was a decrease in economic activity in 2020, followed by a sharp recovery in 2021. This recovery accelerated the demand for energy, which was not met on the supply side, leading to a significant increase in prices and energy scarcity, with significant risks of shortages for the European winter of 2021. In this scenario, this research aims to study whether the difficulties in the energy sector in meeting the demand of the European market are due to the fact that energy sector companies reduced their investments in fossil fuel-based energy production in their pursuit of adopting ESG practices.

Keywords: energy security, Europe Union, Environment, Social and Governance

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIE	Agência Internacional de Energia
CBIE	Centro Brasileiro de Infraestrutura
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e o Aço
CEO	<i>Chief Executive Officer</i>
ED	Estratégia de Defesa
END	Estratégia Nacional de Defesa
ESG	<i>Environment, Social and Governance</i>
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GNL	Gás Natural Liquefeito
GEE	Gases do Efeito Estufa
IBP	Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás
JODI	<i>Joint Oil Data Initiative</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Política Nacional de Defesa
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SRI	<i>Socially Responsible Investment</i>
TANAP	<i>Trans-Anatolian Gas Pipeline</i>
TAP	<i>Trans-Adriatic Pipeline</i>
UE	União Europeia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fontes de geração de energia elétrica na União Europeia.....	28
Figura 2 – Gargalos do Petróleo Mundial.....	35
Figura 3 – Sistemas de dutos da Europa.....	38
Figura 4 – Origens das importações de gás natural pela Europa.....	39
Figura 5 – Diversificação das fontes de energia europeias.....	45

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	O CONCEITO ESG.....	16
2.1	<i>ENVIRONMENT.....</i>	19
2.2	<i>SOCIAL.....</i>	22
2.3	<i>GOVERNANCE.....</i>	23
2.4	ESG NO SETOR ENERGÉTICO EUROPEU.....	25
3	A SEGURANÇA ENERGÉTICA.....	28
4	O ATUAL PANORAMA ENERGÉTICO DA UNIÃO EUROPEIA.....	36
4.1	TRANSIÇÃO ENERGÉTICA.....	39
4.2	CRISE PANDÊMICA E ENERGÉTICA.....	40
4.3	GUERRA DA UCRÂNIA.....	42
4.4	ESG E SEGURANÇA ENERGÉTICA DA UNIÃO EUROPEIA.....	45
5	CONCLUSÃO.....	48
	REFERÊNCIAS.....	53

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo realizar uma análise sobre os impactos da adoção de políticas ESG (*Environment, Sustainable and Governance*) por empresas e governos europeus para a segurança energética da União Europeia.

O conceito das práticas ESG foi definido, pela primeira vez, em 2004, no relatório “*Who Cares Wins*” elaborado pelo grupo The Global Compact e, desde então, seus conceitos têm ganhado cada vez mais relevância na gestão das grandes multinacionais e nas gestões de portfólios dos grandes agentes financeiros globais.

A partir de 2004, a preocupação dos investidores deixou de ser apenas com a expansão dos lucros e começou a se estender em relação a questões sociais e ambientais. A ideia dos relatores do The Global Compact foi, então, se concentrar em gerar valor para os investidores. Como os fundos de investimentos buscam retornos a longo prazo, de 10 ou 20 anos, começou-se a levar em consideração temas como mudanças climáticas e questões sociopolíticas na gestão dos riscos de suas carteiras (EXAME, 2022).

Tais mudanças chegaram ao setor energético, causando uma mudança de rumo na priorização de investimentos. Nesse sentido, os produtores de combustíveis fósseis diminuíram significativamente seus investimentos no aumento da capacidade produtiva, passando a focar em projetos de energia renovável. Como um exemplo, em 2014, a empresa holandesa Shell fez investimentos de U\$ 30 bilhões em projetos de exploração e produção de petróleo e gás. Em 2021, esses investimentos caíram para U\$ 8 bilhões (GUIMARÃES, 2022).

A introdução das práticas ESG na indústria energética passou a ter um significativo impacto para a segurança energética. A necessidade de descarbonização da matriz energética, de modo a atender às demandas dos investidores e da sociedade, fez com que países desenvolvidos, particularmente da Europa, transferissem para outros países com “psicologias diferentes” a responsabilidade pela produção de energia originária de combustíveis fósseis, como carvão, petróleo e gás.

Esse movimento aumentou a dependência energética europeia em relação aos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e à Rússia (GREEN, 2022).

Segundo Gregory e Rodrigues (2019), os recursos energéticos são fundamentais para a sobrevivência dos Estados. Ainda, Lucas Oliveira (2012, p. 3) afirma que “a energia é um Recurso de Poder relevante para compreender as relações entre os Estados, especificamente os padrões de hierarquização e distribuição de poder Sistema Internacional”.

Assim, o estudo do conceito de segurança energética se relaciona com o estudo das relações internacionais, quando se considera que no Sistema Internacional existem aqueles países que se apresentam como majoritariamente exportadores, outros que são importadores e, ainda, aqueles que se inserem como países de trânsito. Dessa forma, o conceito de segurança energética pode ser interpretado sob diferentes pontos de vista, a depender de qual papel que o observador se coloca na indústria energética, seja ele de exportador ou importador.

O domínio dos recursos energéticos e a adaptação frente às transições energéticas repercutem no processo histórico de ascensão e queda das grandes potências. No mesmo sentido, a Agência Internacional de Energia (INTERNATIONAL ENERGY AGENCY, 2014, p. 13) define a segurança energética como “a oferta e disponibilidade de serviços energéticos a todo momento, em quantidade suficiente e a preços acessíveis”. Assim, a energia se constitui um importante recurso de poder, tanto para as sociedades quanto para as interações entre agentes relevantes do Sistema Internacional.

Para a União Europeia, o suprimento energético sempre foi uma questão importante. Uma evidência disso é que a própria gênese da integração europeia se deu em torno da energia, em 1951, com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e o Aço (CASTILHO, 2022).

Em 1973, o choque do petróleo acendeu um alerta para a segurança energética na Europa, que tinha o Oriente Médio e no Norte da África como origem de boa parte de suas importações de energia. A partir da década de 80, então, os países da Europa

Ocidental iniciaram um projeto de ampliação da rede de transportes de gás natural advindo dos territórios da União Soviética, iniciando um processo gradual de fortalecimento da interdependência econômica entre os lados europeus e russo (CASTILHO, 2022).

Essa interdependência entre Europa e Rússia aumentou desde então. Em 2019 a União Europeia importou 44,7% de gás natural russo, seguido de 21,3% da Noruega. A baixa diversificação de fornecedores é uma vulnerabilidade para a Europa, o que significa que sua estabilidade de abastecimento pode ser facilmente ameaçada (CRUZ, 2022).

Paralelamente a esse contexto, em janeiro de 2020, o mundo assistiu, em pânico, o alastramento da pandemia de COVID-19. Como uma medida para tentar frear a evolução da pandemia, a Organização Mundial da Saúde orientou os governos de todo o mundo a adotarem a prática de *lockdown*, o que acarretou a diminuição drástica da atividade econômica em todo o globo.

No auge da pandemia, em abril de 2020, o consumo de petróleo caiu para menos de 85 milhões de barris por dia, levando o preço do barril para U\$ 20. Nesse cenário, os investimentos em exploração e produção caíram ainda mais (GUIMARÃES, 2022).

No ano seguinte, em 2021, com o afrouxamento das políticas de contenção da pandemia e a reabertura econômica, houve uma explosão na demanda. Com as petrolíferas operando ainda em regime reduzido, a oferta não acompanhou o ritmo da demanda e os preços subiram drasticamente, tendo o petróleo chegado aos U\$ 110/barril e o gás natural aos U\$ 9/mmbtu no final daquele ano. Esse patamar de preços deu início a uma crise inflacionária que vem atingindo indústrias e famílias na Europa (GUIMARÃES, 2022).

Desde então, o continente europeu vive sua pior crise energética em 50 anos. Esse cenário foi agravado, ainda, pela dependência energética do continente em relação a produtores externos. Em 2020, 58% da energia disponível na União Europeia foi produzida fora de seus Estados-Membros. A Rússia era o maior

fornecedor de combustíveis fósseis para o continente, tendo, em 2020, fornecido 29% do petróleo, 54% do carvão e 43% do gás natural (GUIMARÃES, 2022).

Face à crise energética enfrentada, os países europeus passaram a comprometer significativa parcela de seus orçamentos para amenizar os efeitos inflacionários do choque de oferta. De acordo com uma análise do Bruegel, *um think tank* com sede em Bruxelas, foram gastos cerca de 705 bilhões de euros (US\$ 739 bilhões) entre setembro de 2021 e novembro de 2022 pelos países europeus para ajudar a proteger os consumidores de aumentos em suas contas (GUIMARÃES, 2022).

Diante desses acontecimentos, faz-se necessário analisar se a diminuição dos investimentos na exploração e produção de combustíveis fósseis, fruto da governança ESG, podem ser consideradas realmente uma solução, levando-se em consideração os conceitos de segurança energética. A elevada dependência europeia por tais recursos estratégicos implicam na relativização de sua soberania? Essa é uma questão relevante para o futuro do continente.

Tendo em vista essa grande dependência, verifica-se uma vulnerabilidade e uma ameaça à segurança energética do continente. Dessa forma, essa pesquisa se propõe a investigar o seguinte problema: de que modo a adoção dos princípios ESG contribui para a segurança energética da União Europeia?

De modo a atingir o objetivo geral proposto para esta pesquisa, se torna necessário delinear pontos intermediários que levem a um desenho de um panorama sobre o qual possa ser possível o estudo de conceitos que envolvem o problema proposto. Dessa forma, podem ser traçados alguns objetivos específicos, quais sejam: (1) conceituar o termo *Environment, Sustainable and Governance*; (2) identificar o conceito de segurança energética; e (3) caracterizar o panorama energético da União Europeia..

Para a análise dos conceitos de ESG e de segurança energética, a pesquisa se delimitou à análise bibliográfica de pesquisas científicas nacionais e internacionais, dando ênfase a trabalhos realizados no Brasil e na Europa. A caracterização do panorama energético europeu implicou no estudo da produção e do consumo

energéticos naquele continente, considerando-se, inclusive, as fontes energéticas localizadas em outros continentes. Para a conclusão sobre as lições aprendidas para o Brasil, a pesquisa se delimitou ao panorama energético nacional.

Como limite temporal, a análise buscou abordar a situação atual da segurança energética europeia. No entanto, o estudo de um histórico recente da produção e consumo energético no continente se mostrou imprescindível para o entendimento dos problemas enfrentados atualmente. Portanto, a busca de dados e informações sobre o cenário do mercado de energia europeu foi estendida ao passado recente, levando em consideração o grande impacto histórico que a Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, trouxe à sociedade europeia.

A segurança energética europeia se apresenta como um aspecto geopolítico importante na atualidade. A invasão russa à Ucrânia, em janeiro de 2022, deu-se a pretexto de liberar os territórios ocupados por população russa do domínio ucraniano. Porém, baseado nos discursos de Vladimir Putin que se seguiram ao início de sua operação militar, é possível afirmar que a questão energética europeia se configura como um pano de fundo dessa Guerra. Isto posto, demonstra-se que o estudo da questão energética atual se revela de grande importância.

A preocupação com a segurança energética no Brasil está demonstrada em seus documentos nacionais de defesa, como a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END). Tal preocupação se mostra clara na Estratégia de Defesa (ED) 1, que dispõe sobre a proposição do Estado em “incrementar todo tipo de meios de que dispõe a Nação (infraestruturas, instaladas e potenciais, e capital humano), assim como aperfeiçoar os procedimentos de emprego dos recursos utilizados na aplicação das expressões do Poder Nacional”. Ainda, a ED 13 “refere-se às ações que têm por objetivo estimular a discussão sobre Defesa Nacional nas atividades educacionais do País, nos diversos níveis, promovendo maior conscientização sobre a importância do tema”. Dessa forma, estando o conceito de segurança energética inserido nos estudos de Defesa Nacional, suas implicações no continente europeu se revelam de grande relevância para a aplicação de possíveis lições aprendidas ao contexto brasileiro.

Por sua vez, o Exército Brasileiro também menciona, em seu Planejamento Estratégico, a intenção em desenvolver a mentalidade de defesa e fomentar, junto às instituições civis, a pesquisa na área de defesa. Tal intenção está presente no Objetivo Estratégico Nr 14. Assim, o presente estudo revela-se de grande importância no sentido de formar uma base bibliográfica acerca do estudo da segurança energética no continente europeu, que pode ser tomado como base de aprendizado para o setor de Defesa brasileiro.

Quanto à forma de abordagem, esta pesquisa se caracteriza como uma abordagem de natureza qualitativa, pois procurou obter um resultado valorativo que permite compreender a contribuição das práticas ESG para a segurança energética na Europa.

Quanto à natureza da pesquisa, é do tipo aplicada, pois a intenção da pesquisa foi buscar delinear caminhos e medidas adotadas no continente europeu que podem servir de exemplo positivo ou negativo para o caso brasileiro.

Quanto ao objetivo, este trabalho se demonstrou de caráter descritivo, pois descreve os principais conceitos relativos aos assuntos atinentes à segurança energética bem como descreve o atual panorama energético no continente europeu.

Quanto aos procedimentos de pesquisa, o trabalho foi desenvolvido por meio do método monográfico, utilizando-se a técnica de documentação indireta, com base em livros, artigos, periódicos, publicações de órgãos oficiais e publicações acadêmicas na internet.

A pesquisa se limitou à análise de trabalhos acadêmicos, artigos científicos, periódicos, jornais e revistas disponíveis em plataforma digital. Não será realizada pesquisa quantitativa ou outra pesquisa de campo. Assim, a análise de conceitos, fatos e períodos históricos por meio da pesquisa bibliográfica será aprofundada de maneira suficiente para o atingimento dos objetivos gerais e específicos propostos.

2. O CONCEITO ESG

Anteriormente à década de 1970, a ideia prevalente sobre a responsabilidade das corporações era aquela difundida pela Escola de Chicago, que defendia que “a responsabilidade social da empresa é maximizar os lucros”, conforme os termos de Milton Friedman, um dos professores mais notáveis da Universidade de Chicago (REDECKER; TRINDADE, 2021).

Porém, com o passar dos anos, iniciaram-se movimentos por direitos civis, principalmente na Europa, que impulsionaram as empresas a adotarem práticas mais humanas em relação ao trabalho. Nessa mesma época, iniciam-se os movimentos ambientais reivindicando atenção da sociedade e do Estado para as questões relativas ao meio ambiente.

A partir de 1972, com a publicação do estudo “*The limits to Grow*”, as empresas começam um movimento no sentido de se oporem a regulações que pudessem impedir seus crescimentos, ao mesmo tempo que apontaram para uma busca pelo desenvolvimento de capacidades para atenderem às novas obrigações, de forma a manter suas licenças para operarem (REDECKER; TRINDADE, 2021).

No final dos anos 70, empresas francesas adotaram o Balanço Social para evidenciar suas iniciativas ambientais e sociais e as empresas estadunidenses passam a emitir relatórios socioeconômicos no intuito de cumprir a função de elo entre empresas, seus funcionários e comunidade. Da mesma forma, investidores europeus e norte-americanos deixaram de financiar empresas que mantivessem relacionamento com o regime de apartheid da África do Sul, ou que participassem de cadeia de fornecimentos de armamentos para a guerra do Vietnã (REDECKER; TRINDADE, 2021).

Já na década de 90, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Comissão Brundtland, firma a concepção do desenvolvimento sustentável como “o dever de as empresas atenderem as necessidades lucrativas do presente sem, contudo, comprometer a capacidade de as

gerações futuras também atenderem as suas”. Inicia-se, então, uma série de iniciativas de âmbito mundial para discutir a responsabilidade socioambiental das corporações, tais como o Protocolo de Montreal (1987), a Rio ECO-92 (1992) e o Protocolo de Kyoto (1997) (REDECKER; TRINDADE, 2021).

Na esteira desses acontecimentos, em 1999 é lançado o primeiro índice global de empresas de capital aberto dedicado ao acompanhamento das companhias que incorporassem conceitos de sustentabilidade em suas atividades: o índice *Dow Jones* de Sustentabilidade, na Bolsa de Nova Iorque. Essa iniciativa foi seguida pela Bolsa de Londres, com o índice *TSFTGood*, lançado em 2004 e a Bolsa de Valores de Joanesburgo, com o *Socially Responsible Investment* (SRI), lançado em 2004 (REDECKER; TRINDADE, 2021).

O termo *Environment, Sustainable and Governance* (ESG) passou a transitar no meio do mercado de investimentos a partir de 2004, a após a publicação do relatório “Who Cares Wins” elaborado pelo grupo The Global Compact. Tal relatório foi o resultado de uma iniciativa proposta pelo então Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) Kofi Annan, que convidou diversas instituições financeiras do mundo para desenvolver recomendações sobre como integrar a governança ambiental, social e corporativa à administração de ativos financeiros (THE GLOBAL COMPACT, 2004).

Uma das ideias fundamentais das práticas ESG é de servir como intersecção entre o objetivo fundamental de uma empresa, que é a de maximizar os resultados, e a observância da função social dessa empresa (REDECKER e TRINDADE, 2021). Anteriormente, as questões sociais e ambientais eram apenas preocupações éticas e se apresentavam como uma barreira à expansão dos lucros. A lógica foi, então, invertida e as empresas passaram a se concentrar em gerar valor para os investidores. Temas como mudanças climáticas e questões sócio-políticas foram, aos poucos, ganhando maior relevância na gestão de risco dos grandes fundos de investimento, de empresas e governos, tendo em vista um horizonte de investimentos de 10 ou 20 anos (EXAME, 2022).

Com o crescimento das grandes empresas, muitas delas se inseriram no cotidiano das pessoas, dentro de suas casas. Com essa inserção, as suas responsabilidades também cresceram. Antes, as preocupações empresariais se restringiam à sua lucratividade, porém, com o crescimento de sua importância, seus papéis perante a sociedade também mudaram. Esse cenário dá lugar ao chamado “capitalismo de *stakeholder*”, pois “a geração de valor para todas as partes interessadas na empresa, os chamados stakeholders, passa a ser a razão de existir de uma empresa” (EXAME, 2022).

Os *stakeholders* são “todos os grupos de alguma forma impactados por uma empresa, e podemos resumir em colaboradores, acionistas, fornecedores, clientes e comunidade” (EXAME, 2022). Segundo Larry Fink, em sua carta anual aos CEOs de 2022:

O capitalismo de *stakeholders* não se trata de política. Não é uma agenda social ou ideológica. Não é "justiça social". É capitalismo, conduzido por relacionamentos mutuamente benéficos entre você e os funcionários, clientes, fornecedores e comunidades nos quais sua empresa depende para prosperar. Esse é o poder do capitalismo.

O relatório “*Who Cares Wins*”, enumera as principais questões relevantes para os tomadores de decisões e investidores que impactam nas companhias. Na área ambiental, pode-se citar: a mudança climática e os riscos a ela relacionados; a necessidade de diminuição de emissão de dejetos tóxicos; a pressão da sociedade para a responsabilização das empresas, o que leva a riscos reputacionais; e novos mercados para serviços ambientais e produtos “*eco-friendly*”. Na área social, foram levantadas as seguintes questões: segurança e saúde no ambiente de trabalho; relações com a comunidade; direitos humanos no interior das empresas; e relações com os governos e sociedades nos países em desenvolvimento. Já na área de governança, as principais questões foram: responsabilização das diretorias empresariais; maior transparência ao público das informações empresariais; independência das auditorias externas; e gestão dos problemas relacionados à corrupção.

Esse conjunto de práticas vem recebendo a denominação de “novo capitalismo” ou “capitalismo sustentável”. Nesse modelo, é crucial que as empresas estejam atentas ao que ocorre ao seu redor, assumindo responsabilidades relativas não somente àquelas atividades relacionadas à sua atividade fim. Assumem, também, responsabilidades sociais, ambientais e de governança corporativa (REDECKER; TRINDADE, 2021).

Esse novo modelo de gestão transcende os interesses dos acionistas, integrando todos os entes que compõem a sociedade e impactando no gerenciamento de riscos e na prevenção de situações que possam alterar o valor das ações para os acionistas. Essa integração procura valorizar o indivíduo, por meio de salários dignos aos empregados, qualidade nos produtos, preço justo, bem como na preocupação com a preservação ambiental e na postura ética perante a sociedade. Esse alinhamento de maximização de lucros com a promoção da cidadania, do bem-estar social e da preservação ambiental tem refletido cada vez mais a exigência do mercado, garantindo longevidade às companhias (REDECKER; TRINDADE, 2021).

Antes de compreender os impactos da adoção de práticas ESG no setor energético, será necessário estudar o conteúdo de cada um dos componentes desse acrônimo.

2.1 ENVIRONMENT

Um marco do início das preocupações com a degradação do meio ambiente decorrente das ações humanas foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, que ocorreu entre os dias 5 a 16 de junho de 1972, sediada em Estocolmo e que reuniu 113 países. Foi o primeiro grande encontro internacional com representantes de diversas nações para discutir os problemas ambientais. Ao final da conferência foi elaborada a Declaração de Estocolmo, com 26 princípios e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que tratava, entre outros assuntos, da poluição atmosférica,

da poluição da água e do solo provenientes da industrialização e a pressão do crescimento demográfico sobre os recursos naturais (PROCLIMA, [S.d.]).

Mais tarde, em 1992, reuniram-se na cidade do Rio de Janeiro cerca de 178 países, para o evento chamado de Rio Eco 92, que contou com a participação de representantes da sociedade civil, de ONGs e de movimentos sociais. O objetivo geral da conferência girava em torno da ideia de que não haveria recursos naturais suficientes caso todos os países buscassem o mesmo padrão de desenvolvimento dos considerados desenvolvidos. Ficou acordado que países em desenvolvimento só receberiam apoio financeiro caso se adequassem aos modelos de desenvolvimento sustentável concebido pela Comissão de Brundtland. Ao final dessa conferência foi elaborado seu principal documento, a Agenda 21 e, a partir de então, a comunidade política internacional admitiu que era preciso conciliar o desenvolvimento econômico com a utilização dos recursos disponíveis na natureza (IGNACIO, 2020).

Essa atmosfera permitiu aos países concretizarem acordos com metas ambiciosas em relação à preservação do meio ambiente. Nesse sentido, o Protocolo de Kyoto, firmado em 1997, e o Acordo de Paris, concretizado no ano de 2015, demonstram o compromisso das nações em adotarem práticas efetivas no combate ao aumento de emissões de carbono. O Acordo de Paris foi assinado por 195 países e tem como objetivo limitar o aquecimento global em 2° C até o ano de 2100 (MEIRELES, 2020).

Ainda, no rol das iniciativas mundiais com vistas à preservação do meio ambiente, pode-se citar a Agenda 2030, documento idealizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015. Essa Agenda estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que devem ser buscados por governos, empresas e sociedades, dentre os quais pode-se destacar três deles que estão diretamente relacionados à preservação do meio ambiente: Objetivo 13: tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos; Objetivo 14: conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; e Objetivo 15: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a

desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Essa evolução da preocupação internacional com a preservação do meio ambiente vem se refletindo cada vez mais na sociedade, seja no âmbito dos indivíduos seja no contexto das corporações.

No atual cenário, as responsabilidades ambientais estão sendo incluídas no cerne dos planejamentos estratégicos das corporações. Isso porque acionistas, investidores institucionais e fundos de pensão, passaram a exigir transparência e prestação de contas sobre as políticas corporativas de mudanças climáticas impulsionada pela necessidade da redução das emissões de Gases do Efeito Estufa (MARANHÃO, 2019).

O “E” de *Environment* está relacionado com as políticas adotadas pelas corporações, visando à minimização das emissões dos Gases de Efeito Estufa (GEE) em seus processos e a disseminação de ações necessárias para o enfrentamento das consequências das mudanças climáticas. A governança climática atua, então, na sustentabilidade dos negócios, pois é uma ferramenta que auxilia na delimitação, a médio e longo prazo, dos riscos e oportunidades associados à crise climática e suas consequências para as empresas (SCLC, 2008).

No mesmo sentido, pesquisas recentes mostram que os consumidores estão cada vez mais dispostos a pagar mais caro por produtos ou serviços prestados por empresas que tenham práticas sustentáveis. Investidores também preferem aportar recursos em empresas comprometidas com a sustentabilidade (MARANHÃO, 2019).

No contexto do estudo da adoção das práticas ESG, talvez o “E” de *Environment*, que significa meio ambiente na língua inglesa, seja o componente que mais tenha relação com o estudo da segurança energética da União Europeia. Essa relação será abordada com maior profundidade mais à frente neste trabalho.

2.2 SOCIAL

Segundo as autoras Redecker e Trindade (2021), a dimensão social começou a ser percebida como uma preocupação importante para o desenvolvimento humano e industrial a partir de discussões realizadas em eventos que debatiam as preocupações com o meio ambiente. A partir desses debates, chegou-se à conclusão de que a sustentabilidade deveria envolver igualdade social e qualidade de vida para as gerações atuais e futuras.

As mesmas autoras, ainda, ressaltam que a essa noção de interesse social é fruto de uma evolução que nasce da contraposição entre as concepções contratualista e institucionalista das empresas. A primeira abordagem, estruturada no século XIX, parte da ideia de que o interesse social da empresa corresponde ao interesse dos próprios acionistas. Contudo, com o início das críticas ao Estado Liberal, surgem os primeiros passos da abordagem institucionalista, que “considera as pessoas jurídicas como núcleos sociais autônomos destinados a atender finalidades socialmente úteis em torno das quais os indivíduos se unem e criam uma organização”. Assim, essa nova abordagem passou a considerar que o interesse social deve abranger não apenas os interesses dos acionistas, pois “a racionalidade empresarial precisa direcionar-se igualmente para o atendimento de padrões mínimos de justiça”.

O documento intitulado Agenda 21, elaborado no âmbito da conferência Eco 92, tratava de compromissos que iam além das questões ambientais. Houve, a partir de então, uma preocupação direta com o desenvolvimento socioeconômico e com o papel desempenhado por grandes grupos como mulheres, organizações sindicais, agricultores, crianças, jovens e povos indígenas, que, junto com a comunidade científica, autoridades locais, empresas, indústrias e ONGs, fossem fortalecidos e respeitados para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável (IGNACIO, 2020).

Assim, o “*Social*” passou a ser desenvolvido a partir de uma atuação que buscasse assegurar a igualdade e respeito pelos direitos humanos a todos indivíduos, promover a inclusão social e uma sociedade justa, com foco na extinção da pobreza,

evitar a exploração humana de qualquer natureza, e procurar o bem da comunidade de forma geral (REDECKER; TRINDADE, 2021).

O pilar social envolve questões relacionadas aos direitos humanos, ao desenvolvimento das relações humanas dentro e fora da empresa, à capacidade de atrair e reter pessoas, ao desenvolvimento de talentos, e, ainda, à importância da adoção de políticas de diversidade e inclusão. Assim, métodos institucionais, tais como processos seletivos e concursos públicos, passaram a considerar as diferenças de classe, gênero e falta de representatividade em vários setores. Vale ressaltar, que empresas que aplicam a diversidade e a inclusão em seus quadros possuem uma capacidade de inovação cerca de 11 vezes maior, com colaboradores 6 vezes mais criativos (VAZ VIEIRA, 2022).

Nesse sentido, Fernanda Delgado, Diretora executiva corporativa do Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás (IBP) e professora de Geopolítica do Petróleo e dos Recursos Naturais da Fundação Getúlio Vargas, ressalta que, anteriormente, a exigência dessa agenda era um aspecto relevante para assegurar a financiabilidade de uma empresa ou segmento. Porém, atualmente, a visão das métricas ESG é vista como “oportunidade para geração de negócios, melhorias em eficiência, atração de talentos e de estabelecimento de um melhor diálogo com a sociedade”.

Assim, as empresas que levam em consideração os interesses e necessidades da população na realização de suas atividades, agindo de forma a impulsionar melhorias na sociedade, estão respeitando e efetivando sua função social. Portanto, o “S” de *Social* pode ser visto como uma “atuação empresarial que busca atender aos anseios da sociedade onde está inserida” (REDECKER; TRINDADE, 2021).

2.3 GOVERNANCE

Segundo as autoras Redecker e Trindade (2021), o “G”, de governança, significa práticas que tornam “as empresas mais confiáveis e menos propensas a desenvolver qualquer tipo de atividade antiética ou mesmo corruptiva”. Nesse sentido,

a governança representa um conjunto de regras, padrões, procedimentos éticos e legais, que, uma vez definido e implantado, orienta o comportamento das instituições e as atitudes dos seus funcionários.

As mesmas autoras prosseguem, citando que “os mecanismos de governança foram criados em um primeiro momento visando garantir a transparência entre a gerência e os acionistas”. Ainda, que as práticas de governança visam não somente essa relação entre os acionistas, conselho, diretoria e auditoria das empresas, mas serve também como uma ferramenta para garantir que os resultados empresariais do presente estejam comprometimentos com os resultados futuros de longo prazo.

No intuito de melhor ilustrar e definir o conjunto de práticas relacionadas à Governança, pode-se citar os quatro princípios mais relevantes elencados pelo Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa (LANDISCRINA, 2020).

O primeiro deles é a transparência, que consiste na disponibilização não só das informações impostas por leis e regulamentos, como também de outras que sejam do interesse de todas as partes interessadas. Tai informações não devem se restringir aos resultados econômico-financeiros, mas também aos fatores que conduzem à preservação e à otimização do valor da organização, incluindo fatores intangíveis (LANDISCRINA, 2020).

O segundo é a equidade, que se caracteriza pela isonomia e justiça no tratamento entre todos os *stakeholders*, levando-se em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas (LANDISCRINA, 2020).

Em seguida, vem a prestação de contas (*accountability*), que se refere ao dever que os agentes de governança têm de prestarem contas de sua atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, devendo assumir integralmente as consequências de seus atos e omissões, atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis (LANDISCRINA, 2020).

Por último, vem a responsabilidade corporativa, que representa o dever dos agentes de governança em zelar pela viabilidade econômico-financeira das corporações, reduzir as externalidades negativas e aumentar as positivas, levando em

consideração os diversos capitais aplicados (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, ambiental, reputacional, etc.) no curto, médio e longo prazos (LANDISCRINA, 2020).

Hoje em dia, na era da internet e da informação em tempo real, a transparência passou a se equiparar com o conceito de liberdade, pois, “ainda que indivíduos e organizações muitas vezes estejam agindo dentro da sua esfera de possibilidades lícitas, a divulgação de suas ações para o mercado é igualmente imprescindível” (REDECKER; TRINDADE, 2021).

Por fim, atuações empresariais voltadas à transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa dialogam diretamente com a função social das corporações, pois garantem uma gestão corporativa ética e íntegra (REDECKER; TRINDADE, 2021).

2.4 ESG NO SETOR ENERGÉTICO EUROPEU

Como mencionado anteriormente, o início do século XXI trouxe consigo uma maior exigência dos mercados financeiros sobre as empresas em relação às suas responsabilidades socioambientais. O lançamento de índices de empresas com conceitos de sustentabilidade e governança nas bolsas europeias, a partir de então, evidencia essa tendência de valorização de companhias que se adaptassem às novas exigências.

Desde então, a União Europeia vem percorrendo um longo e ativo caminho no sentido da escalada das práticas ESG nos setores público e privado. Em 2016, a Comissão Europeia emitiu um comunicado com o título “União dos Mercados de Capitais – Acelerar o processo de reformas” que estabeleceu um grupo de peritos em finanças sustentáveis. Esse grupo tinha como objetivo aconselhar a Comissão no sentido de canalizar fluxos de capitais públicos e privados para investimentos sustentáveis e orientar a aplicação de políticas, programas e legislações em todas as

nações europeias. Tais recomendações levaram à formulação de um Plano de Ação Europeu que levou à consolidação do Pacto Ecológico Europeu (*European Green Deal*), em 2019 (CODEX, 2021). Esse compromisso com a descarbonização resultou na Lei Climática Europeia, que, juntos, estabeleceram o compromisso, não apenas político, mas também jurídico, de redução de emissões em 55% até 2030 e de atingir a neutralidade carbônica em 2050, o que implica necessariamente na substituição de combustíveis fósseis por energias renováveis (RATO, 2022).

Essas iniciativas, juntamente com toda a regulamentação de mercado de capitais colocada em prática na UE, a colocaram na vanguarda mundial em termos de investimentos e regulamentação ESG. Os fluxos de capitais para empreendimentos sustentáveis deixaram de ser opcionais no continente, se tornando um verdadeiro ponto focal na indústria de gestão de ativos. Todo o fluxo financeiro passou a migrar para os empreendimentos que demonstrassem práticas sustentáveis (CODEX, 2021).

As empresas de setores mais poluentes, como as do setor energético baseadas em combustíveis fósseis, passaram a sofrer maiores pressões da sociedade (ANDRADE, 2021). Em consequência, o setor passou a rever seus investimentos em exploração desses combustíveis, num movimento claramente alinhado à política de transição energética. Como um exemplo, a gigante *Royal Dutch Shell* diminuiu seus investimentos em exploração de óleo e gás de U\$ 30 bilhões em 2014 para U\$ 8 bilhões em 2021 (GUIMARÃES, 2022).

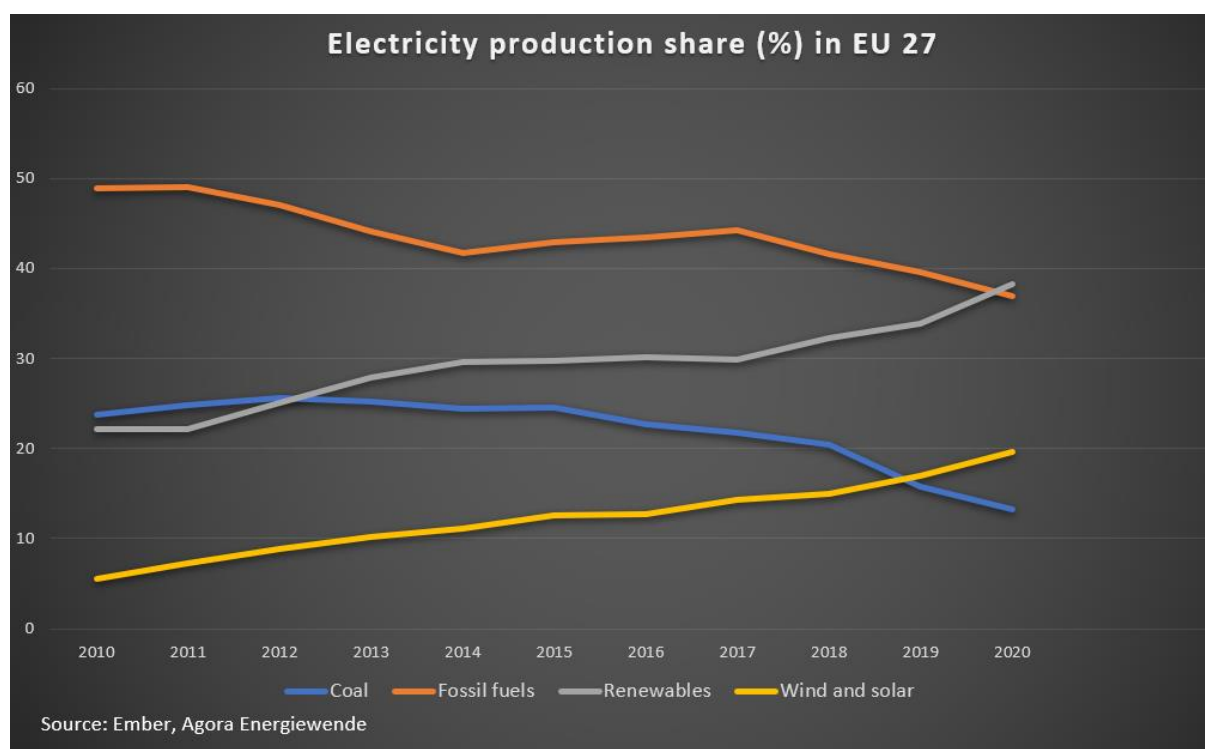
Dessa forma, os combustíveis fósseis foram gradativamente dando lugar a fontes menos poluentes. Em 2020, a geração de energia elétrica no âmbito da União Europeia superou, pela primeira vez, fontes consideradas sujas, como pode-se observar no gráfico elaborado pelas *think tanks* Ember e Agora Energiewende (Figura 1).

Assim, como um impacto da prioridade ESG no continente, o setor energético europeu passou a diminuir o volume das operações, em seu território, com maior impacto no meio ambiente, tais como o *fracking* – método que consiste na perfuração do solo vertical e horizontalmente com uso de água e materiais químicos, gás natural

e carvão, buscando suprir suas demandas com a importação de energia oriundas de outros continentes, ainda que fossem, entretanto, de fontes “sujas” (GREEN, 2022).

Todavia, ainda que as fontes renováveis tenham ganhado espaço significativo na matriz energética europeia, a terceirização da produção de energia fóssil para outros países estranhos à União Europeia agravou a situação de dependência energética no continente. A energia provida por fontes fósseis ainda representa uma significativa fatia na matriz energética no continente. Assim, o debate sobre a transição energética passou, então, a girar ao entorno da questão que afeta, também, a segurança energética dos europeus.

Figura 1 – Fontes de geração de energia elétrica na União Europeia



Fonte: Ember, Agora Energiewende

3. A SEGURANÇA ENERGÉTICA

Para tratar do tema da segurança energética, faz-se necessário, de início, apresentar a importância da energia para os seres humanos e para o seu desenvolvimento.

A energia é um fator primordial para o funcionamento do mundo. Ao longo da história, ela tem sido a fonte do crescimento econômico, do poder militar e do bem-estar das pessoas. O acesso à energia tem ditado o sucesso de uma civilização. Grandes civilizações floresceram em locais onde havia água e sol abundantes, o que se traduzia, antigamente, em disponibilidade de energia.

Ao longo da história, diversas fontes de energia foram utilizadas para impulsionar o desenvolvimento das sociedades. A água foi uma das primeiras fontes, quando utilizada para mover moinhos “que aproveitavam a força cinética do movimento e da queda d’água para facilitar a moedura dos grãos cultivados; irrigar grandes plantações e drenar terrenos alagados” (NUNES, 2020, p. 95). A partir do século XVIII, com a Revolução Industrial, o uso do carvão mineral ganhou destaque na produção energética, sendo utilizado nas máquinas a vapor e na produção de ferro. A partir de 1859, com a perfuração da Seneca Oil Company no poço de Titusville, no Estado da Pensilvânia, EUA, o petróleo passou a substituir o óleo de baleia na iluminação das casas e na lubrificação de máquinas, causando uma grande revolução na indústria energética e passando a ser a fonte energética mais utilizada no mundo até os dias atuais (NUNES, 2020).

Existe uma relação importante entre o consumo de energia e o desenvolvimento de um país. Lora e Teixeira (2006, p. 45), no livro “Conservação de Energia”, citam o seguinte:

É quase unânime a definição de energia como sendo ‘a capacidade de um sistema de realizar trabalho’. Portanto, um sistema que possui grande quantidade de energia pode realizar uma grande quantidade de trabalho. Se considerarmos alguns exemplos de trabalho como o transporte de pessoas, o bombeamento de água, a construção de moradias e rodovias, a rotação

das turbinas e geração de eletricidade nas termelétricas, etc., fica fácil entender a relação que existe entre consumo de energia e desenvolvimento.

Portanto, a disponibilidade e o acesso a recursos energéticos se relacionam diretamente com o desenvolvimento das nações, e essa relação se tornou mais clara sobretudo a partir de quando o desenvolvimento industrial passou a ser a mola propulsora dos mercados e da concorrência internacional, particularmente a partir da Revolução Industrial.

Antes de se passar ao estudo da segurança energética, cabe aqui alguma reflexão a respeito do conceito de segurança nacional. Rudzit e Nogami (2010) defendem que a mesma pode ser entendida quando se assume a existência de ameaças e vulnerabilidades. A primeira pode ser considerada como aquelas relativas às ameaças externas ao Estado, enquanto a última pode ser entendida como sendo as vulnerabilidades existentes internamente às fronteiras do país.

Além disso, os autores identificam duas diferentes abordagens do conceito de segurança nacional, que podem ser aplicadas aos países conforme o processo de formação daquele Estado em análise. No caso dos países desenvolvidos, a evolução dos sistemas políticos internos se consolidou juntamente com a legitimação desse sistema por parte dos integrantes individuais, criando uma identificação dos indivíduos com seus Estados. Nesses casos, a noção de segurança está muito mais ligada às questões de ameaças externas, o que foi denominado por Mohammed Ayoob como “Conceito Ocidental de Segurança”.

Já nos países em desenvolvimento, os Estados ainda se encontram nos primeiros estágios de desenvolvimento e enfrentam problemas como a falta de legitimidade de suas fronteiras, instituições e regimes; coesão social inadequada; e ausência de consenso da sociedade em assuntos sociais, econômicos e organização política. Nesses casos, ainda que as ameaças externas estejam presentes, as vulnerabilidades internas se apresentam como as principais raízes das causas de insegurança. Portanto, pode-se dizer que o nível de segurança de um Estado está relacionado ao seu grau de desenvolvimento político.

Expandindo ainda o debate sobre o conceito de segurança nacional, e fugindo das correntes tradicionalistas que limitavam o conceito de segurança aos seus aspectos militares, autores como Caroline Thomas e Jessica Mathews (apud RUDZIT; NOGAMI, 2010) defenderam a ampliação do conceito para temas que englobassem toda a existência do Estado, tais como alimentação, saúde, comércio, moeda e, ainda, as mudanças climáticas e a devastação ambiental, desafios latentes do mundo pós-Guerra Fria. Nesse mesmo sentido, os autores Barry Buzan (BUZAN e colab., 1998) e Ole Waever (1995), passam a defender o Estado como elemento central da análise, principalmente pela crescente presença de atores não estatais nos problemas modernos (RUDZIT e NOGAMI, 2010). Em suas obras, abordam o conceito de securitização, que pode ser entendida como:

Uma versão mais extremada da politização, pois, em teoria, qualquer assunto público pode ser posicionado no espectro que varia do não-politizado (significando que o Estado não lida com ele e de nenhum modo é tido como um tópico de debate público e de decisões), passando por politizado (significando que o tópico é parte de uma política pública, requerendo uma decisão governamental e alocação de recursos), até a securitizado (significando que o tópico é apresentado como uma ameaça existente, requerendo medidas de emergência, o que justifica ações fora dos limites normais do processo político) (RUDZIT e NOGAMI, 2010).

Isto posto, e retornando à temática energética, percebe-se que as pesquisas atuais acerca do tema segurança nacional extrapolam o tocante aos conflitos militares e se debruçam sobre todos os temas que se destaquem como ameaças ou vulnerabilidades a um Estado. Assim, a estabilidade da oferta energética passa a ser preponderante para a manutenção da vida econômica e social de uma nação e, conseqüentemente, para a sobrevivência de um Estado, principalmente os mais industrializados.

Inicialmente, o conceito de segurança energética aparece ligado à necessidade de fornecimento estável de bens estratégicos. Daniel Yergin (2011), em seu livro “A Busca”, faz uma síntese histórica acerca do desenvolvimento da preocupação com o Sistema Internacional de fornecimento energético. O autor inicia sua análise com a decisão tomada por Winston Churchill, em 1911, em converter toda a propulsão da

renomada Marinha Real Britânica do carvão para o petróleo, tomando tal iniciativa por indispensável para a manutenção da supremacia naval britânica. Tal mudança criou um desafio: o problema do suprimento. A Inglaterra trocava suas seguras fontes de carvão no País de Gales pelo não tão confiável fornecimento de petróleo vindo da Pérsia (atual Irã).

Assim, a decisão de Churchill trouxe dois impactos na história da energia, segundo as palavras de Alexandre Nina (2020). Primeiramente, introduziu o elemento da incerteza na oferta de combustíveis, ao trocar o fornecimento seguro de carvão do País de Gales pelo combustível iraniano, agregando, aí, a dimensão internacional na temática da segurança energética. Em segundo lugar, alçou o petróleo a uma posição fundamental que tomaria durante todo o século XX, deslocando o até então importante carvão, nas bases dos sistemas energéticos nacionais, se tornando essencial para a indústria, forças militares, transporte, aquecimento e eletricidade. A percepção de segurança energética passou a ser considerada sob a perspectiva da redução das vulnerabilidades no fornecimento de petróleo, diante da necessidade de importação e do controle das fontes de abastecimento.

Essa perspectiva provocou um expressivo movimento geoeconômico e geopolítico das nações desenvolvidas em direção aos países possuidores das grandes reservas mundiais de petróleo, sobretudo no Oriente Médio. Depreende-se, daí, a busca implacável do ocidente por maior influência política sobre aquela região, caracterizada por importantes eventos ao longo do século XX e início do XXI, tais como o Acordo Sykes-Picot em 1916, a Crise de Suez em 1956, os Acordos de Camp David em 1978, a Guerra do Golfo de 1991, dentre tantos outros exemplos. Todas essas iniciativas tinham como grande objetivo a manutenção de estruturas de funcionamento de mercados que garantissem a tranquilidade em relação à segurança no abastecimento.

A segurança energética ocidental passou por uma mudança de grande magnitude a partir da crise do petróleo de 1973. Os exportadores de petróleo árabes, organizados por meio da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em resposta à ajuda norte-americana a Israel durante a Guerra dos Seis Dias, cortaram as exportações àquele país e anunciaram um corte na produção, fazendo

com que o preço da commodity quadruplicasse seu valor num período de três meses. O petróleo passou a ser utilizado, então, como uma arma geopolítica, inaugurando o conceito de “*energy weapon*” (YERGIN, 2011).

Como uma resposta institucional à OPEP, os países ocidentais criaram a Agência Internacional de Energia (AIE), que se tornou um centro de excelência técnica sobre políticas energéticas. Sob o prisma dos países importadores, a AIE foi responsável pela consolidação do termo segurança energética como a disponibilização de fontes energéticas de maneira ininterrupta e a preços acessíveis (NINA, 2020)

Após a Guerra do Golfo, em 1991, e com todo o arranjo político configurado em torno da segurança dos campos de petróleo da região, abriu-se as portas para o início de um novo diálogo entre exportadores e importadores. Desde então, diálogos entre OPEP e AIE tornaram-se mais frequentes e transparentes em torno da estabilidade para ambos os lados. Em 2009, países de ambas as organizações se reuniram no Fórum Internacional de Energia e estabeleceram a *Joint Oil Data Initiative* (JODI), o que passou a oferecer ao mercado uma visão mais completa e transparente da oferta e da demanda e dos estoques. Esse estreitamento do diálogo sobre a demanda e a oferta de energia ampliou o conceito de segurança energética, que passou a considerar a estabilidade tanto para países produtores, quanto para os de trânsito e os consumidores (YERGIN, 2011).

Sob o ponto de vista dos países importadores, a segurança energética se identifica mais com a necessidade de manutenção contínua da disponibilidade de fontes de energia e a estabilidade de seus preços. Segundo a AIE (2014, p 13), cujas publicações dão voz aos anseios majoritariamente dos países importadores, a falta de segurança energética está ligada aos impactos negativos da indisponibilidade física de energia, ou da prática de preços não competitivos ou excessivamente voláteis.

Já pelo ponto de vista dos países exportadores, a segurança energética está relacionada com a própria sobrevivência de suas economias nacionais. Segundo Daniel Yergin (2014, p. 71), “os países exportadores de energia se concentram em

manter a ‘segurança da demanda’ para as suas exportações, que, afinal, geram a parcela esmagadora de suas receitas de governo”.

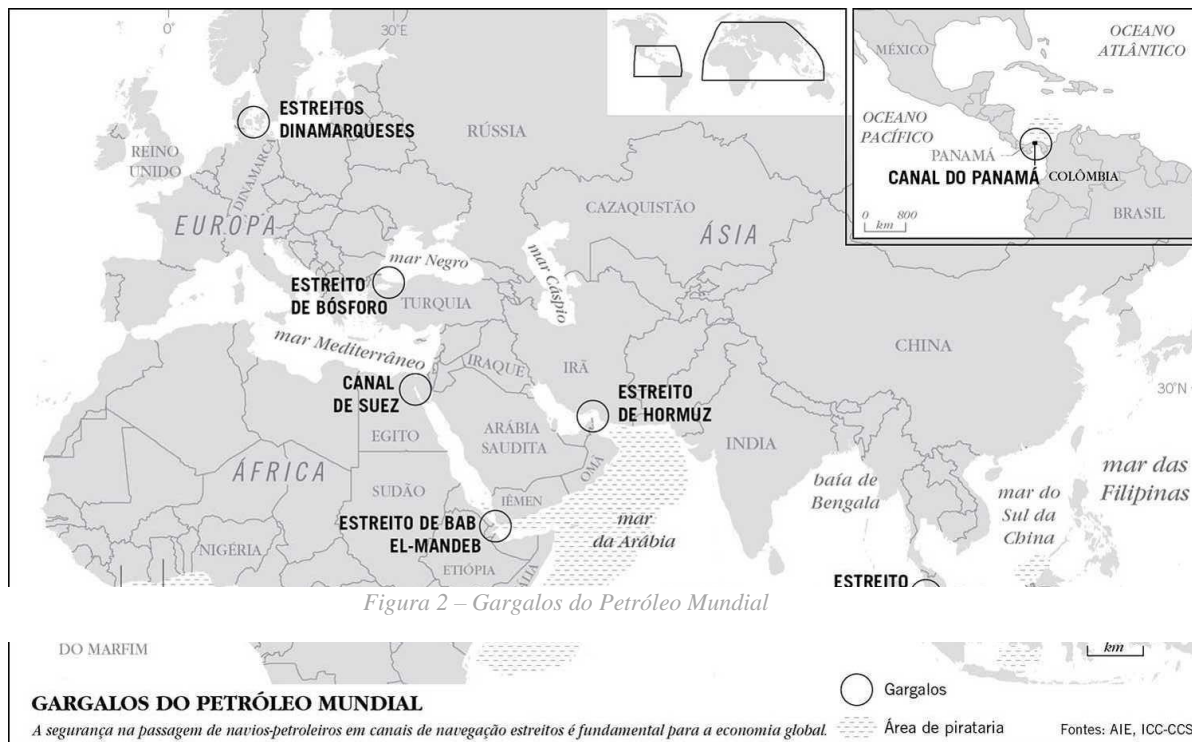
Ainda, sob a ótica dos países de trânsito, a segurança energética assume suas feições próprias. Segundo Nina (2020), “os países de trânsito, vale mencionar, terão sua influência específica na determinação dos preços, ao procurarem maximizar os benefícios de seu papel de intermediários logísticos das transações”.

Passando à análise da segurança energética sob o enfoque da geopolítica, Lucas Oliveira (2012) observa que os recursos energéticos se tornam centrais em determinadas abordagens clássicas. Sobre isso, escreve:

O papel dos recursos energéticos é central em diversas abordagens geopolíticas clássicas, por exemplo, quando se considera a análise de Mahan sobre a evolução histórica do poder naval, desde a antiguidade até os as revoluções tecnológicas dos séculos XVIII e XIX, quando se consolidam tecnologias como o vapor e os derivados de petróleo. Também aparecem como uma variável central quando se analisa conceitos clássicos como o Heartland, de Mackinder, definido enquanto uma vasta região-fortaleza no coração da Eurásia, isolada dos mares, mas rica em recursos naturais, especialmente terras férteis, recursos hídricos e recursos energéticos como madeira, carvão e petróleo.

Quando se observa a teoria de Alfred Mahan, depara-se com sua assertiva em relação à importância do controle dos mares, os quais considera uma grande “planície aberta”, por meio do poder naval e de uma marinha mercante eficaz, para que uma nação seja capaz de explorar as riquezas do mundo. Tal pensamento alinha-se com a preocupação de Yergin acerca dos gargalos do comércio marítimo internacional, que se tornam críticos à medida em que o comércio mundial de energia assume escalas globais. Os estreitos de Hormuz, de Málaga – por onde atravessa cerca de 80% do petróleo do Japão e da Coreia do Sul e cerca de 40% do suprimento total da China, de Bósforo, de Bab El-Mandeb e o Canal de Suez são considerados “*choke-points*” (Figura 2) para o mercado de energia. Esses gargalos ao longo das rotas marítimas são fundamentais para a segurança energética mundial, visto que criam vulnerabilidades específicas para o transporte de petróleo e gás natural, seja sob a forma de acidentes ou de ataques terroristas e conflitos militares.

Figura 2 – Gargalos do Petróleo Mundial



Fonte: Agência Internacional de Energia

Tudo o que foi até aqui abordado, de uma forma mais abstrata e teórica, a respeito da conceituação da segurança energética, pode-se relacionar com a ampliação da concepção de guerra trazido por Qiao Liang e Wang Xiangsui (1999), levando o debate para os níveis estratégico e operacionais. Os autores chineses revelaram, em sua obra “A Guerra Além dos Limites”, a ideia de “Operações de Guerra Não Militares” que, em última análise, amplifica o campo de batalha para além do campo militar e o expande a todos os campos do conhecimento humano, uma vez que “o ser humano utilizará qualquer meio concebível para alcançar seus objetivos”. Nesse sentido, descrevem diversas formas possíveis de fazer a guerra, tais como a guerra financeira, ecológica, comercial, psicológica, de mídia, cultural, de recursos, entre tantas outras formas, “num número muito grande para serem citados”, como eles mesmo escrevem. Surpreendentemente, informam, em sua obra, que “todos estes meios de guerra, assim como os processos para a sua aplicação já foram, estão sendo, ou, serão incluídos no inventário de meios de guerra”.

Em suma, após a compreensão da importância da energia para os Estados, da complexidade da dinâmica do abastecimento energético mundial, e seus efeitos sobre a geopolítica internacional, de uma sucinta abordagem sobre a conceituação de segurança nacional, segurança energética e suas relações entre si, e uma introdução a respeito de modernas formas de fazer a guerra, pode-se passar para uma abordagem do atual panorama energético na União Européia, traçando-se relações com os conceitos anteriormente levantados sobre as políticas ESG e analisando suas implicações para a segurança energética naquele continente.

4. O PANORAMA ENERGÉTICO NA UNIÃO EUROPEIA

O suprimento energético sempre foi uma questão importante para a sobrevivência dos Estados europeus. Uma evidência disso é a própria gênese da integração europeia, que se deu em torno da temática da energia, em 1951, com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e o Aço (CECA) (CASTILHO, 2022). A CECA, inicialmente composta por Bélgica, Alemanha, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos, criou um mercado comum de carvão e aço entre esses países e estabeleceu instituições com o intuito de assegurar o abastecimento regular de carvão e aço ao mercado comum, garantindo a igualdade de acesso às fontes de produção, o estabelecimento dos preços mais baixos (EUR-LEX, 2017). Verifica-se, então, a primeira integração europeia criada baseada na aplicação do conceito Ocidental de segurança energética.

Durante a década de 1960, a Europa já importava mais da metade da energia que consumia, sendo a maior parte de fontes da então União Soviética. Cabe ressaltar que, nessa época, se distinguiram dois sistemas diferentes no continente: o da Europa Ocidental, basicamente dependente do petróleo do Oriente Médio, da África e da União Soviética; e o da Europa Oriental, fortemente ligado às fontes de carvão, petróleo e gás natural fornecidos de forma subsidiadas pela União Soviética. Porém, a necessidade de importação de energia russa por parte da Europa Ocidental aumentou gradativamente ao longo das duas décadas seguintes, utilizando-se as estruturas de transporte já existentes para a Tchecoslováquia e para a Áustria. (CASTILHO, 2022).

Em 1973, o choque do petróleo acendeu um alerta para a segurança energética na Europa, que tinha o Oriente Médio e no Norte da África como origem de boa parte de suas importações de energia. Levando em consideração que, ainda no início do século XX, Churchill advogava a importância da diversificação das fontes de abastecimento como a principal forma de garantir a segurança energética do Reino Unido, a partir da década de 80, os países da Europa Ocidental iniciaram um projeto de ampliação da rede de transportes de gás natural advindo dos territórios da União

Soviética, como uma resposta à crise desencadeada pela reação da OPEP às ações políticas ocidentais no Oriente Médio. Iniciou-se, assim, um processo gradual de fortalecimento da interdependência econômica entre os lados europeu e russo que resultou numa complexa rede de oleodutos e gasodutos construídos a fim de operacionalizar o abastecimento, conforme se verifica na Figura 3 (CASTILHO, 2022).

Figura 3 – Sistemas de dutos da Europa

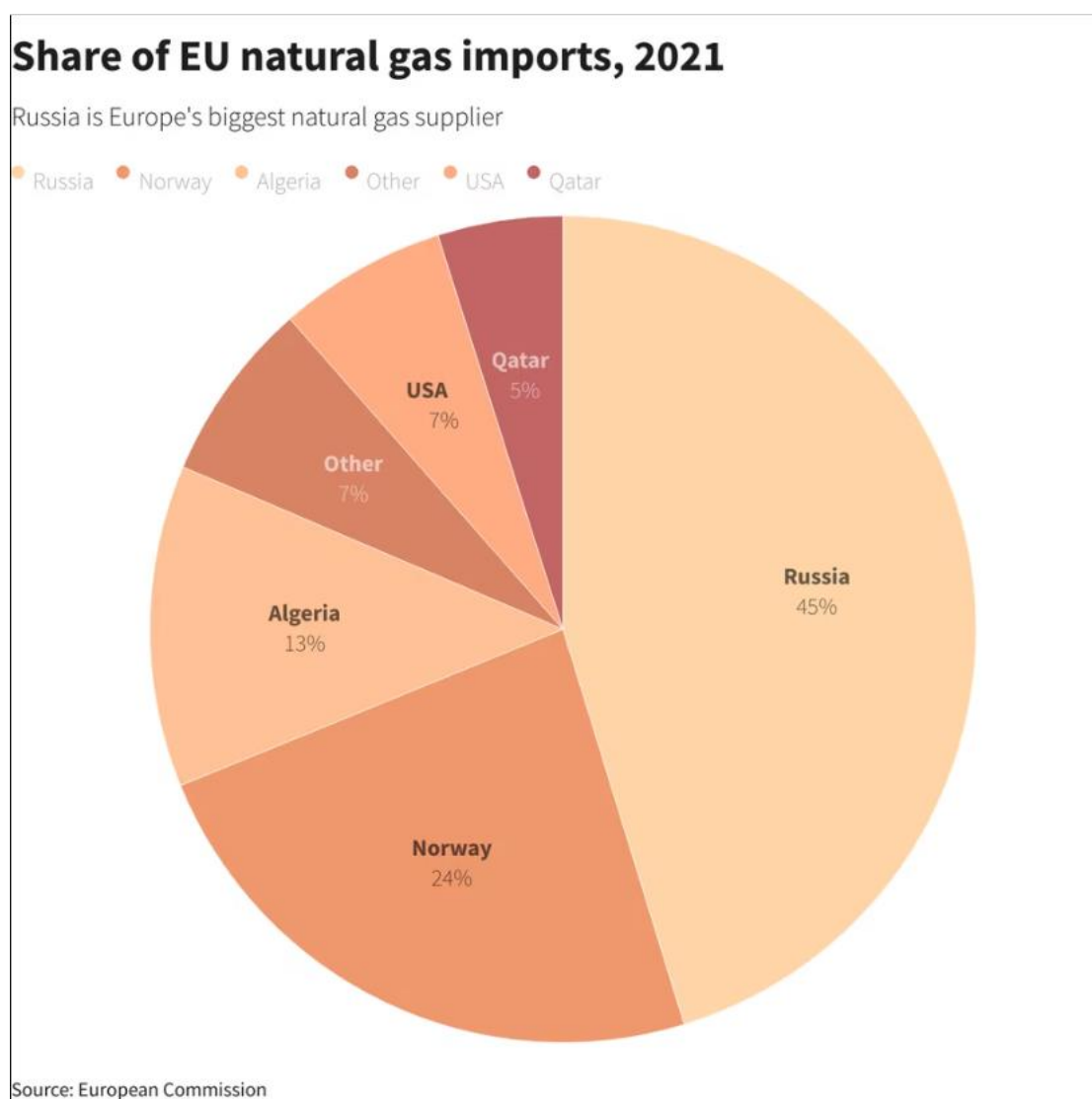


Fonte: U.S. Energy Information Administration

A interdependência entre Europa e Rússia aumentou desde então. Em 2021, a UE importou 45% de gás natural russo, seguido de 24% da Noruega, conforme

verifica-se na Figura 4. A baixa diversificação de fornecedores é uma vulnerabilidade para a Europa, o que significa que sua estabilidade de abastecimento pode ser facilmente ameaçada.

Figura 4 – Origens das importações de gás natural pela Europa



Fonte: Comissão Europeia

Essa dependência sempre gerou discussões dentro da União Europeia e suas ações estratégicas nem sempre encontram consenso entre seus Estados-membro, o que dificulta um posicionamento comum. Os Estados mais ocidentais, como Alemanha e França, possuem gasodutos que lhes permitem uma maior independência em relação ao gás russo. Os países do Leste, por sua vez, são muito mais dependentes da Rússia e, em muitos casos, funcionam como países de trânsito.

Já os países do Sul, como a Itália, Portugal, e Espanha, são importantes para o escoamento do gás natural do Norte de África (CRUZ, 2022).

Além disso, a Alemanha, por exemplo, advogava que a dependência Russa dos recursos provenientes da sua venda de gás natural para a Europa diminuía sua capacidade de usar o fornecimento como instrumento político. Mesmo assim, os países europeus passaram a buscar, cada vez mais, rotas alternativas de gasodutos que não passassem pela Ucrânia, como os gasodutos *Trans-Adriatic Pipeline* (TAP), em operação desde 2018, e o *Trans-Anatolian Gas Pipeline* (TANAP), operacional desde 2020. Estes dutos contribuem para a diminuição de dependência do gás russo, pois estabelecem um corredor de gás independente dos dutos ucranianos (CASTILHO, 2022).

A União Europeia é, ainda hoje, um dos maiores compradores de energia do mundo, pois não é capaz de produzir tudo que sua alta capacidade industrial demanda. O principal produto importado é o gás natural, utilizado tanto para aquecimento quanto para geração de energia elétrica (CRUZ, 2022).

4.1 TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Uma saída encontrada para minimização da vulnerabilidade foi a busca por fontes alternativas de energia, como as fontes renováveis. Nesse sentido, em 2001 o Parlamento Europeu aprovou a diretiva 2001/77/CE, que buscava promover a utilização de energia gerada a partir de fontes renováveis no mercado interno. Entretanto, os expressivos custos de transição de toda uma indústria energética e a grande desigualdade de distribuição de recursos destinados à essa mudança, entre os países da UE, fez com que essa iniciativa nunca chegasse a atingir seus objetivos. (CASTILHO, 2022).

Foi apenas a partir da assinatura do Acordo de Paris, em 2015, que a União Europeia orientou-se de maneira mais ambiciosa em direção a uma transição

energética. Em 2016, a Comissão Europeia apresentou um conjunto de propostas que ficou conhecido como “Pacote Energia Limpa para todos os Europeus”, com o objetivo de acelerar e consolidar a transição econômica da União Europeia, de forma a assumir a liderança em energias limpas ou renováveis e garantir a segurança do abastecimento, procurando, também, manter condições equitativas para os consumidores. Em sequência, em 2018, entrou em vigor a Diretiva Energias Renováveis, conhecida como RED II, que traçou objetivos mais ambiciosos, como atingir uma quota de 32% de energias renováveis no consumo bruto de energia até 2030, com pelo menos metade da sua produção provenientes de energias renováveis, bem como a redução em 40% da emissão de gases de efeito estufa (GIL, 2021). Já em 2019, o Pacto Ecológico Europeu (*Green Deal*), além de ratificar os objetivos regulatórios traçados pelas legislações apresentadas anteriormente e redirecionar as políticas para um modelo de descarbonização e de digitalização, passou a regular o direcionamento de investimentos para iniciativas com objetivos climáticos (SOBRAL, 2022).

Alinhadas com o compromisso de transição energética europeia, e impulsionadas pelo crescente apelo das políticas ESG, que passaram a nortear o caminho dos fluxos financeiros, como abordado no primeiro capítulo desse trabalho, as empresas energéticas mudaram gradualmente suas políticas de investimento, sobretudo na última década. Segundo Adriano Pires (2021), Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), os investimentos para exploração de petróleo e gás das companhias internacionais de petróleo caíram para a metade entre 2011 e 2021. Segundo ele, o radicalismo ambiental e a obsessão com mudanças climáticas afastaram os investidores desse mercado. Além disso, houve uma significativa diminuição de investimentos no setor de refino de petróleo. A capacidade de refino nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) diminuiu por três anos consecutivos em 2019, 2020 e 2021. Comparando o ano de 2019 com 2021, a capacidade de refino da OCDE caiu 1,5 milhão de barris por dia, ou seja -3,3% (FRONTLINER, 2022).

4.2 CRISE PANDÊMICA E ENERGÉTICA

Durante esse percurso em direção à transição energética, a União Europeia se viu diante de um grande desafio: a crise pandêmica de COVID-19, em 2020. O alastramento da doença levou governos europeus a adotarem medidas de contenção que fecharam comércios e mantiveram as pessoas em casa, levando a uma grande desaceleração econômica. No segundo trimestre de 2020, a economia do bloco chegou a cair 11%, fechando aquele ano com um crescimento negativo de 2,5%, segundo o *site* Eurostat.

Porém, o abrandamento da pandemia permitiu uma gradual normalização das economias europeias. Em 2021, o PIB da União Europeia registrou um crescimento de 5,1%.

Essa retomada das atividades econômicas a níveis pré-pandêmicos levou a um grande choque de oferta em termos energéticos. Os preços do petróleo, que chegaram a cair para US\$ 20 em abril de 2020, no auge da crise pandêmica, atingiram US\$ 75, em 2021, e US\$ 110 em 2022, no auge de uma crise energética que a União Europeia não experimentava há anos (GUIMARÃES, 2022). Segundo Adriano Pires (PIRES, 2021), esses aumentos e, até mesmo, a falta de energia podem ser explicadas pela pandemia em 2020, “que promoveu uma redução conjuntural da oferta de energia, e pela mudança estrutural que é a agenda ambientalista, gerando uma escassez de petróleo e de gás natural”. No mesmo sentido, Haitham al-Ghais, Secretário-Geral da OPEP, enfatizou, em 2022, que:

O recente aumento dos preços do petróleo não está relacionado apenas à crise na Ucrânia, mas também à redução do excesso de capacidade de produção. A melhoria da situação da procura, a redução do investimento na refinaria e a onda de fechamentos de refinarias são as razões para o aumento do preço dos derivados de petróleo (FRONTLINER, 2022a).

Al-Ghais, também, alertou que a redução do investimento em petróleo elevaria seus preços e, para manutenção da segurança energética, seria necessária a continuidade de investimentos no setor. Segundo ele, mundo precisaria de 12 trilhões

de dólares em investimentos em petróleo para os próximos 25 anos para manter os atuais níveis de consumo e fazer frente a um esperado aumento de demanda. (FRONTLINER, 2022a).

Essa percepção é, também, compartilhada pelas grandes companhias de petróleo do mundo. O diretor da ExxonMobil, Darren Woods, em entrevista ao Financial Times, externou que as pressões para redução das emissões e cortes de produção sem lidar com a demanda deixou o mundo lutando para atender às necessidades energéticas, como consequência da "visão otimista" sobre a rapidez com que a transição verde aconteceria (FRONTLINER, 2022b).

4.3 GUERRA DA UCRÂNIA

No curso da grande crise energética vivida pela União Europeia, dá-se início à Guerra da Ucrânia, em 24 de fevereiro de 2022, com a invasão russa ao território ucraniano. De acordo com o diretor Adriano Pires (2021), a retomada da demanda por petróleo e gás por parte da União Europeia deu a Vladimir Putin a possibilidade de se tornar um novo czar da Europa. Durante as primeiras duas semanas da guerra, o preço do petróleo na Europa aumentou mais de 25% e, em finais de março, o gás assistia a uma subida de aproximadamente 580% em comparação com o ano anterior. Diante desse quadro, a União Europeia viu-se diante da urgente necessidade de eliminar sua dependência das importações russas (RATO, 2022).

Em resposta à guerra de agressão contra a Ucrânia e à anexação ilegal das regiões ucranianas de Donetsk, Lugansk, Zaporíjia e Quérson, a UE impôs diversas sanções econômicas contra a Rússia. Estas sanções se adicionam às medidas impostas à Rússia desde 2014, quando da anexação da Crimeia e da não aplicação dos acordos de Minsk. As sanções incluem medidas restritivas individuais, sanções económicas e medidas em matéria de vistos, todas com o objetivo de provocar consequências graves à Rússia e impedir sua capacidade de prosseguir a agressão (CONSELHO EUROPEU, 2023).

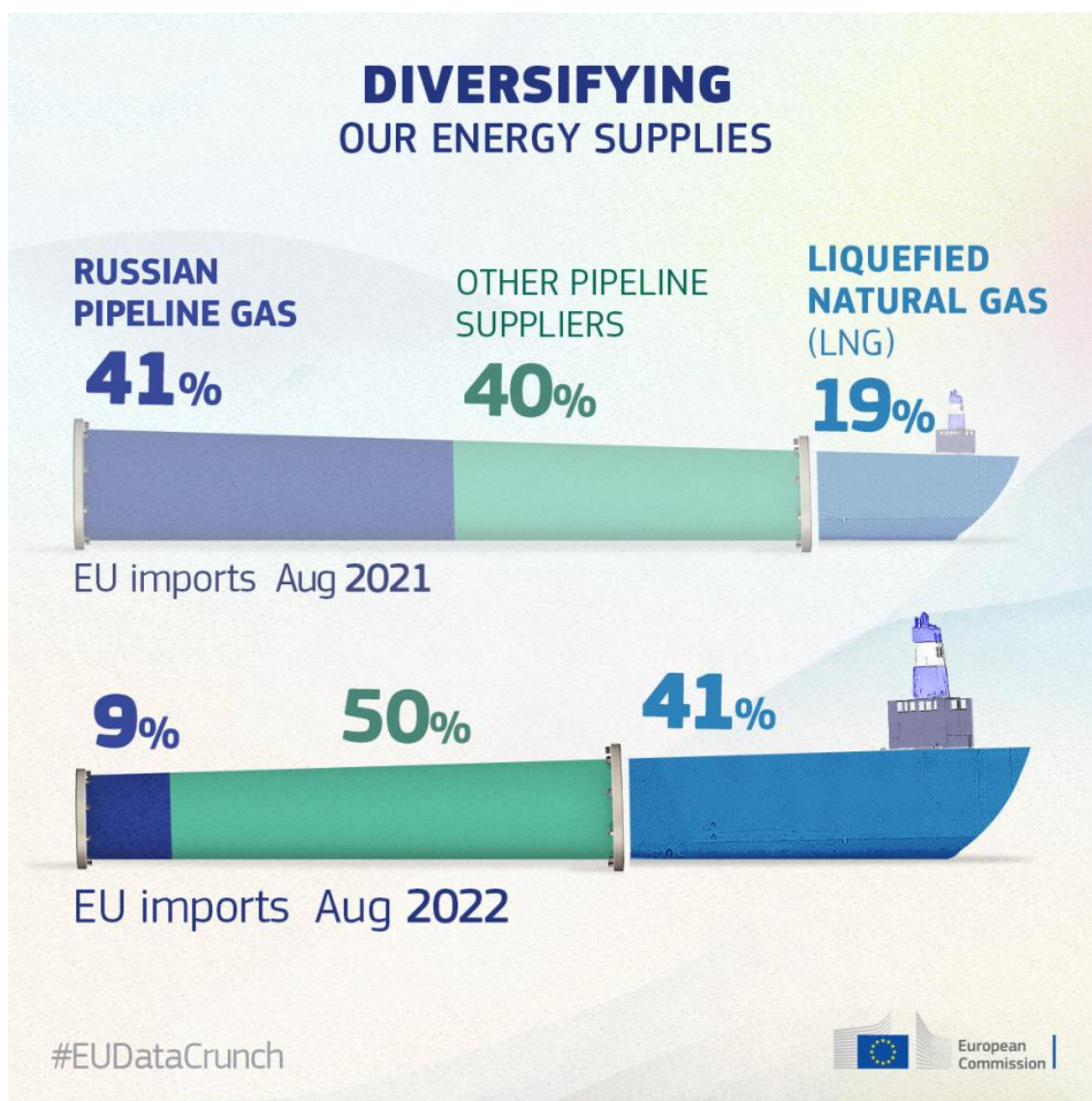
Dentre as sanções econômicas impostas, estava a proibição de importação, por parte dos países da UE, de certos produtos oriundos da Rússia. Entre a lista dos produtos objeto de sanções, foram inclusos o petróleo bruto (a partir de dezembro de 2022) e produtos petrolíferos refinados (a partir de fevereiro de 2023), o carvão e outros combustíveis fósseis sólidos. Essas medidas tinham um claro objetivo de contornar a dependência dos combustíveis russos, mas, ao mesmo tempo, impunham à UE medidas práticas para suprir essa demanda por meio de outros fornecedores (CONSELHO EUROPEU, 2023).

Indo ao encontro desse objetivo, a Comissão Europeia apresentou o plano REPowerEU, com o objetivo de reduzir a importação de combustíveis fósseis da Rússia em 2/3 até o final de 2022 e, na totalidade, em 2027. Este plano esteve assentado em três pilares: o primeiro focaria na aceleração da transição verde, aumentando para 45% a participação de energias renováveis na matriz do bloco e enfatizando a produção de hidrogênio verde; o segundo pilar refere-se ao aumento da eficiência energética, prevendo, inclusive, possibilidades de reduções de 15% do consumo de gás em caso de emergência energética; e o terceiro pilar, reconhecendo a impossibilidade de prescindir dos combustíveis fósseis, seria acelerar a diversificação das fontes por meio de gasodutos existentes com a Noruega, a Argélia, o Azerbaijão, bem como a importação de gás liquefeito dos Estados Unidos (SOBRAL, 2022).

Segundo o próprio site da Comissão Europeia (2023), o plano REPowerEU tem conseguido resultados expressivos. Desde setembro de 2022, a dependência do gás russo diminuiu para 8% de todo o gás por gasoduto importado para a UE, em comparação com 41% em agosto de 2021 (Figura 5). Tais resultados foram conseguidos principalmente por meio de ações como estabelecimento de acordos com outros países terceiros para as importações de gasodutos, investimento na aquisição comum de gás natural liquefeito (GNL), estabelecimento de parcerias com a Namíbia, o Egito e o Cazaquistão para garantir um aprovisionamento seguro e sustentável de hidrogênio renovável e com assinatura de acordos com o Egito e Israel para a exportação de gás natural.

Além disso, a UE propôs uma contratação pública comum de gás para garantir preços acessíveis no abastecimento energético. Em maio de 2023, a UE conseguiu fechar propostas com fornecedoras para o equivalente a mais de 13,4 mil milhões de metros cúbicos de gás (milhar de milhões de m³) (COMISSÃO EUROPEIA, 2023).

Figura 5 – Diversificação das fontes de energia europeias



Fonte: Comissão Europeia

Ainda como resultado do programa REPowerEU, entre agosto de 2022 e março de 2023, a procura de gás diminuiu 18 %. Este objetivo voluntário de redução da procura de gás foi prorrogado por mais um ano em março de 2023, cumprindo o proposto pela Comissão (COMISSÃO EUROPEIA, 2023).

No pilar da transição energética, o REPowerEU conseguiu com que a União Europeia produzisse, pela primeira vez, mais eletricidade a partir de fontes eólicas e solares do que a partir de gás e garantisse que 39 % da eletricidade tivesse origem em energias renováveis. Em março de 2023, foi aprovada uma legislação mais forte que elevou a meta da UE em 2030 para 42,5 %, com a ambição de atingir 45 %, o que duplicaria a quota de energias renováveis existentes na UE (COMISSÃO EUROPEIA, 2023).

4.4 ESG E A SEGURANÇA ENERGÉTICA DA UNIÃO EUROPEIA

Embora a experiência recente das políticas energéticas da União Europeia aponte para uma melhora nos indicadores energéticos, as reduções de investimentos na produção de petróleo e gás não trouxeram resultados efetivos no sentido de garantir a segurança energética para o bloco, tendo alguns autores apontado, inclusive, que esta foi uma das motivações dos aumentos dos preços observados em 2021.

Diante disso, começa a surgir quem aponte para as práticas ESG como grande culpada pela crise energética vivida pelo bloco em 2021. Isso porque, com o ESG ganhando importância no mercado energético nos últimos anos, as empresas de setores mais poluentes foram pressionadas a utilizarem energias mais limpas, mas que ainda não são autossuficientes. E, num momento de aumento brusco de demanda, como o que a União Europeia vivenciou em 2021 e 2022, a diminuição dos combustíveis fósseis surgiria como um ‘problema’ ao invés de uma ‘solução’.

Jennifer Andrade, por exemplo, cita, em sua matéria publicada no jornal Estadão, em 2021, alguns analistas do mercado financeiro que entendem que a troca de matriz energética pela energia limpa também necessita de energia e isso tem seu custo e que essa mudança energética está contribuindo para o aumento dos preços em geral, pois o mundo não vai conseguir fazer essa transição. Ainda, seguem a crítica dizendo que o endereçamento da agenda verde foca fundamentalmente no E

(ambiental), porém deve-se pensar em melhorar o E, sem prejudicar o S (social), pois muitas das usinas termelétricas, por exemplo, estão instaladas em comunidades isoladas e em ecossistemas remotos, que necessitam de renda daquela usina (ANDRADE, 2021).

Uma outra perspectiva, trazida por Amrita Sem (2021) em seu artigo na *Financial Times*, é de que a pressão do movimento ESG sobre o lado da oferta – i.e. companhias internacionais de petróleo e gás – não é igual no lado da demanda. Isto quer dizer que, embora tenha havido uma considerável diminuição dos investimentos no setor de combustíveis fósseis nas grandes companhias internacionais e sua produção tenha diminuído, os níveis de demanda continuam os mesmos – por volta de 84% do consumo global, desde 1980, o que pressiona os preços para níveis mais elevados.

Outra consequência da escassez e da alta dos preços do gás natural foi a sua troca pelo carvão na geração de energia elétrica. Em 2021, o consumo mundial de carvão cresceu 6%, enquanto na União Europeia o aumento foi de 14%. Segundo a Agência Internacional de Energia, na União Europeia vários países estenderam a vida útil de suas usinas a carvão e reativaram usinas fechadas anteriormente. A Alemanha, por exemplo, aprovou a reativação de 16 usinas fechadas e estendeu as operações de outras 11 plantas à carvão. Essas medidas se configuram uma reação, também, à invasão russa, na medida em que a maior utilização do carvão produzido localmente reduz a dependência das fontes russas (FRONTLINER, 2022c).

Alguns especialistas, como Vivian Oswald (2022), sustentam que o início da Guerra da Ucrânia pode vir a modificar o conceito ESG. Um exemplo que ela menciona é o caso do *Skandinaviska Enskilda Banken*, um banco sueco que permitiu que parte de seus fundos comprassem ações de fabricantes de armamentos e empresas de defesa. Um ano antes, o mesmo banco havia proibido tais investimentos baseado em seus princípios ESG.

Ainda segundo Vivian, o próprio 'E' pode ganhar novas percepções, pois, apesar de sabermos as diferenças entre combustíveis fósseis e renováveis para o ambiente, a preocupação com a segurança energética também pode ser encarada

como uma prática ESG e, desse ponto de vista, empresas que valorizassem muito o cuidado com o meio ambiente e desequilibrassem, por esse motivo, o suprimento energético para as famílias, poderiam ser vistas como más (OSWALD, 2022).

Em suma, a União Europeia ainda permanece em seu velho dilema da segurança energética, que permeia sua história desde sua gênese. Embora as iniciativas políticas apontem para uma grande transição energética, com a substituição gradual dos combustíveis fósseis para fontes mais limpas, na prática a diminuição dos investimentos no setor fóssil acarretou uma grande crise de preços nos anos 2021 e 2022 e não resolveu a questão da dependência externa do carvão e do gás natural. Dessa forma, e como era de se esperar, abriu-se espaço para o debate se realmente as práticas ESG, principalmente em sua vertente ambiental, e toda a obsessão dos mercados financeiros em desvalorizar a produção de petróleo e gás serão aliadas ou não da União Europeia na direção de sua busca pela segurança energética.

5. CONCLUSÃO

As políticas ESG têm ganhado relevância nas práticas empresariais e financeiras globais, desde 2004, levando empresas de combustíveis fósseis a reduzir investimentos em prol do avanço na pesquisa e desenvolvimento e na produção de energias renováveis. Essa mudança de direção na indústria energética aumentou a dependência da UE em relação a fornecedores externos, especialmente da Rússia e da OPEP, impactando sua segurança energética.

Historicamente, a UE valoriza seu suprimento energético, com a energia sendo o cerne de sua integração desde a década de 1950. No entanto, a dependência de importações de gás russo e a falta de diversificação de fornecedores tornaram a UE vulnerável a choques no suprimento, como foi evidenciado durante a pandemia de COVID-19, levando a uma das piores crises energéticas já vividas pelo Bloco.

A questão-chave abordada nesse trabalho é se a diminuição dos investimentos em combustíveis fósseis devido às políticas ESG é uma solução viável, considerando a segurança energética da UE. A elevada dependência desses recursos coloca em risco a soberania do continente e a presente pesquisa buscou entender como os princípios ESG estão afetando a segurança energética da União Europeia.

A primeira bibliografia estudada, que, inclusive, ensejou o interesse por esse problema, foi a reportagem de Gustavo Guimarães, que apontou, ainda em 2021, para as consequências negativas da diminuição dos investimentos na produção de combustíveis fósseis para a sustentabilidade do suprimento energético europeu, relacionando essa diminuição com a crise energética vivenciada naquele ano. Para analisar se essa relação realmente tem aderência nos fatos, foi necessário estudar cada um dos aspectos envolvidos: o conceito ESG, o conceito de segurança energética e o atual panorama energético da União Europeia.

No capítulo 2, estudou-se o conceito ESG. Discutiu-se a evolução das práticas empresariais em direção ao conceito ESG (Ambiental, Social e Governança), destacando como as empresas passaram de uma abordagem centrada apenas no lucro para um modelo que enfatiza a geração de valor para todas as partes

interessadas, incluindo colaboradores, acionistas, fornecedores, clientes e a comunidade em geral.

No contexto ambiental, as empresas passaram a considerar questões como mudança climática, redução de emissões tóxicas e responsabilidade social como parte integrante de sua gestão de riscos. Na esfera social, temas como segurança no trabalho, direitos humanos e relações com a comunidade se tornaram prioridades. Quanto à governança, a transparência, a responsabilização da diretoria e a gestão de problemas relacionados à corrupção passaram a desempenhar um papel fundamental.

Em resumo, mostrou-se que o ESG representa uma mudança significativa na abordagem empresarial, que passou a priorizar o valor para todos os envolvidos e alinhar a busca de lucro com preocupações sociais, ambientais e de governança. Com isso, as empresas buscaram não apenas atender às expectativas do mercado, mas também contribuir para sua longevidade no cenário empresarial moderno.

No capítulo 3, foi explorada a segurança energética, no sentido de formar um conceito que se pudesse relacionar com a introdução das práticas ESG e, então, responder ao problema da pesquisa. Nesse capítulo, primeiramente demonstrou-se a importância da energia para os seres humanos e para o desenvolvimento dos países. Depois, foi explorado o conceito de segurança nacional, bem como a expansão desse conceito, transcendendo os aspectos militares e englobando áreas como alimentação, saúde, comércio, moeda, mudanças climáticas e devastação ambiental, destacando-se as ideias de autores como Caroline Thomas, Jessica Mathews, Barry Buzan e Ole Wæver, que defendem uma visão ampliada da segurança, criando o conceito de "securitização".

Com essa expansão, a segurança energética se torna fundamental para a segurança nacional, principalmente com a evolução tecnológica e o crescente consumo de derivados de petróleo pelas nações mais industrializadas. Nesse contexto, a segurança energética pôde ser conceituada, primeiramente, como a disponibilização de fontes energéticas de maneira ininterrupta e a preços acessíveis, segundo a Agência Internacional de Energia. Num segundo momento, com o aumento

de autonomia dos países da OPEP, a segurança energética também passou a ser vista através do ponto de vista dos exportadores, que consideravam a estabilidade da demanda como crucial para a segurança de seus Estados.

Abordou-se, ainda, aspectos geopolíticos relacionados à segurança energética, com uma relação feita entre a Teoria do Poder Marítimo de Alfred Mahan e a preocupação contemporânea de Daniel Yergin sobre os gargalos do comércio marítimo internacional, especialmente no comércio global de energia

Enfim, o capítulo menciona a ampliação do conceito de guerra proposta por Qiao Liang e Wang Xiangsui, que abrange uma ampla gama de formas de guerra, incluindo guerra financeira, ecológica, comercial, psicológica, de mídia, cultural e de recursos, entre outras. Eles argumentam que o ser humano pode usar todos os meios possíveis para alcançar seus objetivos numa guerra.

No capítulo 4, o foco se direciona para o panorama energético da União Europeia e, aqui, se encontram os principais argumentos que puderam melhor atender ao problema da pesquisa. De início, o capítulo ilustra a trajetória da crescente demanda energética europeia, sempre dependente de importação de fontes energéticas externas ao continente. Demonstrou-se que, após Crise do Petróleo de 1973 – resultante do movimento da OPEP em relação às grandes empresas ocidentais – a União Europeia iniciou um movimento de aproximação com a Rússia, que sempre foi uma grande produtora de petróleo e gás natural, por meio de uma complexa rede de dutos, aumentando paulatinamente a importação desse país, como uma alternativa ao Oriente Médio. Essa aproximação resultou numa grande dependência energética europeia em relação aos russos.

Uma alternativa encontrada pela União Europeia para contornar a sua vulnerabilidade energética foi o investimento em fontes renováveis, com as quais o Bloco buscava ver-se mais independente dos tradicionais exportadores de energia. Em consequência, os fluxos financeiros deixaram de endereçar-se ao financiamento da produção de combustíveis fósseis, rumando na direção da energia limpa, causando grande impacto, ao longo de uma década, na capacidade de produção de combustíveis como petróleo, gás natural e carvão.

As consequências dessa mudança de rumos foram sentidas após a pandemia de COVID-19, quando a Europa se viu diante de uma crise de abastecimento sem precedentes. A percepção de que tal crise fora desencadeada, principalmente, devido às decisões financeiras feitas ao longo da última década, deu início ao debate sobre a real eficácia das políticas ESG em face das vulnerabilidades energéticas do Bloco Europeu.

Nesse ponto, os argumentos trazidos no capítulo são cruciais para a resposta ao problema da pesquisa.

Embora, inicialmente, a transição energética por meio da adoção de fontes renováveis em substituição aos combustíveis fósseis – o que se alinha com as práticas da cultura ESG – estivesse dentro do escopo do projeto europeu de maior autonomia energética, os resultados da diminuição dos investimentos apontados na pesquisa corroboram com a visão de alguns especialistas no sentido de que o mercado energético europeu ainda não possui a capacidade de prescindir das fontes fósseis e, em consequência, das fontes externas.

A transição ocasionada pela pressão ESG pode ter impactado a oferta de energia em curto prazo, especialmente porque as fontes de energia tradicionais foram desativadas antes que alternativas estivessem plenamente operacionais. Muitas empresas e investidores na Europa desinvestiram em energias fósseis como parte de seus compromissos ESG. Isso pode ter afetado a disponibilidade de certos tipos de combustíveis fósseis, contribuindo para a crise energética.

A União Europeia ainda mantém sua ambição pela transição energética. Porém não resta dúvidas de que essa transformação não pode ser efetivada tão rapidamente quanto fora desejado. Nesse sentido, ficou claro que as pressões da cultura ESG tiveram impacto significativo para a crise vivenciada em 2021 e para a segurança no fornecimento de energia para o continente.

Embora o programa REPowerEU tenha conseguido seu objetivo de diminuir o consumo energético das famílias e empresas europeias entre 2022 e 2023, não se pode garantir que essa demanda permanecerá contida por prazo muito estendido. E, caso a demanda retorne progressivamente a seus níveis tradicionais, sem pressão

pública para redução de consumo, pode haver um novo choque de demanda e aumento de preços, conforme apontou Amrita Sem, o que leva ao entendimento de que os investimentos na produção de combustíveis fósseis não podem ser diminuídos no curto prazo, sem uma garantia de que somente as fontes renováveis irão sustentar um aumento natural da demanda.

As práticas ESG podem, então, passar a serem vistas sob um ângulo mais amplo, com mais maturidade e menos pressão sobre os cuidados com o meio ambiente, tendo em vista a responsabilidade, também, com a segurança energética do continente. O equilíbrio da oferta e dos preços da energia também se revela um componente importante para a dimensão social. Essa será uma métrica difícil de se balancear nos próximos anos.

Contudo, ainda é muito cedo para avaliar os resultados da recente política do REPowerEU, que impulsiona os investimentos na pesquisa e exploração de energias limpas. As metas do programa são estipuladas para um longo prazo e, enquanto isso, a União Europeia mantém seu consumo de fontes fósseis, porém de uma maneira ainda mais diversificada, com importações do Egito, Israel, Nigéria e Cazaquistão, por exemplo.

Assim, para concluir, propõe-se entender que a adoção das práticas ESG pelas empresas e governos da União Europeia denota a evolução e o desenvolvimento das melhores práticas ambientais, sociais e de governança, mas que ainda carecem de certo aperfeiçoamento. A segurança da oferta de energia, bem como o equilíbrio dos preços para todo o continente devem ser levados em consideração como fatores de grande peso nas decisões dos grandes atores multinacionais, de modo a prevenir novas crises capazes de ameaçar a paz no bloco europeu.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Jenne. **A crise energética global é culpa do ESG?** Disponível em: <<https://investidor.estadao.com.br/mercado/crise-energetica-culpa-esg/>>. Acesso em: 15 jun 2023.

BUZAN, Barry e WAEVER, Ole e WILDE, Jaap De. **Security. A new framework for analysis**. [S.l.]: Lynne Rienner Publisher, Inc, 1998.

CASTILHO, Filipe Philipps De. **Energia, guerra e transição: a guerra da ucrânia e os novos paradigmas do consumo energético**. Revista Conjuntura Global, 2022. Disponível em: <<https://orcid.org/0000-0001-6266-0934>>.

CODEX. **ESG e os casos na Europa: como o continente se tornou referência**. Disponível em: <<https://www.codexremote.com.br/blogcodex/esg-e-os-casos-na-europa-como-o-continente-se-tornou-referencia/>>. Acesso em: 21 jun 2023.

COMISSÃO EUROPEIA. **O REPowerEU em síntese**. Disponível em: <https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repower-eu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt>. Acesso em: 5 set 2023.

CONSELHO EUROPEU. **Sanções da UE contra a Rússia explicadas**. Disponível em <<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/sanctions/restrictive-measures-against-russia-over-ukraine/sanctions-against-russia-explained/#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20Comiss%C3%A3o,euros%20em%20mercadorias%20da%20R%C3%BAssia.>>>. Acesso em: 01 ago 2023.

CRUZ, Francisco Maria Lopes Da. **Geoestratégia energética na relação União Europeia e Rússia: o caso do Nord Stream II**. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2022.

EUR-LEX. **Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Tratado CECA)**. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/treaty-establishing-the-european-coal-and-steel-community-ecsc-treaty.html>>. Acesso em: 31 jul 2023.

FRONTLINER. **Chefe da OPEP diz que falta investimento em petróleo**. Disponível em: <<https://www.frontliner.com.br/chefe-da-opec-diz-que-falta-investimento-em-petroleo/>>. Acesso em: 29 jul 2023a.

_____. **Exxon: Cortar emissões sem pensar na demanda causou a crise mundial de energia**. Disponível em: <<https://www.frontliner.com.br/exxon-cortar-emissoes-sem-pensar-na-demanda-causou-a-crise-mundial-de-energia/>>. Acesso em: 29 jul 2023b.

_____. **O mundo está reentrando na Era do Carvão**. Disponível em: <<https://www.frontliner.com.br/o-mundo-esta-reentrando-na-era-do-carvao/>>. Acesso em: 31 jul 2023c.

GIL, Luís. **Política energética no contexto da União Europeia**. INGENIUM, 2021.

GREEN, Jemma. **Segurança energética é a nova fronteira da humanidade**. Forbes, 2022. Disponível em <<https://forbes.com.br/forbesesg/2022/04/seguranca-energetica-e-a-nova-fronteira-da-humanidade/>>. Acesso em: 01 ago 2023.

GUIMARÃES, Gustavo. **Como a agenda ambientalista e a imposição do ESG causaram uma crise energética global**. Mises Brasil, 2022. Disponível em: <<https://mises.org.br/article/3383/como-a-agenda-ambientalista-e-a-imposicao-do-esg-causaram-uma-crise-energetica-global>>. Acesso em: 15 jun 2023.

IGNACIO, Julia. **ECO-92: o que foi a conferência e quais foram seus principais resultados?** Politize, 2020. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/eco-92/>>. Acesso em: 6 jun 2023.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Energy supply security: emergency response os IEA countries**. Paris: *International Energy Agency*, 2014. Disponível em: <www.iea.org>. Acesso em: 31 jul 2023.

LANDISCRINA, Giulia. **Conheça os quatro princípios da governança corporativa**. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, 2020. Disponível em: <<https://www.ibgc.org.br/blog/principios-de-governanca-corporativa>>. Acesso em: 01 ago 2023.

LIANG, Qiao e XIANGSUI, Wang. **A guerra além dos limites**. Beijing: Pla Literature And Arts Publishing House, 1999.

LORA, Electo Eduardo Silva; TEIXEIRA, Flávio Neves. **Conservação de Energia**. 3ª ed. Itajubá: FUPAI, 2006.

MARANHÃO, Romero de Albuquerque. **Governança climática no setor energético: um estudo em furnas**. *Brazilian Journals of Business* , n. 3, p. 1791–1799, 2019.

MEIRELES, Taís. **Acordo de Paris completa cinco anos com lições aprendidas**. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/?77471/Acordo-de-Paris-completa-cinco-anos-com-licoes-aprendidas>>. Acesso em: 6 jun 2023.

NINA, Alexandre Mendes. **A diplomacia brasileira e a segurança energética nacional**. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2020.

NUNES, André Figueiredo. **Segurança energética: OPAEP e a geopolítica do petróleo no século XXI**. Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Rio de Janeiro: 2020.

OLIVEIRA, Lucas Kerr De. **Energia como recurso de poder na política internacional: geopolítica, estratégia e o papel do centro de decisão energética**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em:

<<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>>. Acesso em: 6 jun 2023.

OSWALD, Vivian. **Guerra na Europa muda a cultura ESG**. Valor Econômico, 5 Abr 2022. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/esg/noticia/2022/04/05/>>. Acesso em: 01 ago 2023.

PIRES, Adriano. **Demonização do petróleo e gás tem levado a uma redução dos investimentos nos últimos cinco anos**. Estadão, 2021. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/economia/adriano-pires/demonizacao-do-petroleo-e-gas-tem-levado-a-uma-reducao-dos-investimentos-nos-ultimos-cinco-anos/>>. Acesso em: 29 jul 2023.

PROCLIMA. **Conferência de Estocolmo**. Disponível em: <<https://cetesb.sp.gov.br/proclima/conferencias-internacionais-sobre-o-meio-ambiente/estocolmo/>>. Acesso em: 6 jun 2023.

RATO, Vasco. **A Geopolítica da Energia**. IDN - Instituto de Defesa Nacional. Lisboa, Set 2022.

REDECKER, Ana Cláudia; TRINDADE, Luiza de Medeiros. **Práticas de ESG em sociedades anônimas de capital aberto: um diálogo entre a função social instituída pela Lei Nº 6.404/76 e a geração de valor**. Revista jurídica luso-brasileira, Ano 7, nº 2, p. 59-125. Lisboa, 2021.

RUDZIT, Gunther e NOGAMI, Otto. **Segurança e Defesa Nacionais: conceitos básicos para uma análise**. Revista Brasileira de Política Internacional, 53 (1): 5-24, 2010.

SCLC. **Carbon Disclosure Project-SCLC**. 2008. Disponível em: <https://site.sabesp.com.br/uploads/file/sociedade_meioamb/Confer%C3%A2ncias%20de%20Gest%C3%A3o%20Ambiental/Simone%20Zahran%20_Coordenadora%20do%20Carbon%20Disclosure%20Project%20-%20CDP%20para%20o%20Brasil%20e%20Am%C3%A9rica%20Latina.pdf>. Acesso em: 6 jun 2023.

SEN, Amrita. **Embrace high fossil fuel prices because they are here to stay**. Financial Times, 27 out 2021. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/a15e7adedad0-4ed3-a172-1974ac9d5b23>>. Acesso em: 30 jul 2023.

SOBRAL, Hugo. **A Segurança Energética num Contexto de Transição e Sustentabilidade**. IDN - Instituto de Defesa Nacional. Lisboa, Set 2022.

VAZ VIEIRA, Gabrielle. **Eficiência energética através da implementação da cultura ESG**. Universidade Estadual Paulista. Rosana, SP, 2022.

YERGIN, Daniel. **A Busca: energia, segurança e reconstrução do mundo moderno**. Editora Instrínseca, 2011.